

A Construção do Caso como Dispositivo de Inclusão Escolar

Eduardo Coser Eggres¹, Simone Moschen²

1 Autor, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, graduando em Psicologia

2 Orientadora, Instituto de Psicologia

Introdução

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva vem colocando para o cotidiano das escolas novos desafios, novos desconfortos e, sobretudo, exigindo da escola novos olhares para esses “sujeitos estranhos”. Tal perspectiva vem no sentido de afirmar um espaço de equidade entre os alunos ao procurar garantir a cidadania e o direito de estar e viver uma escolarização não excludente.

Nesse contexto, surge demanda por cursos para que os professores que recebem esses alunos - tanto na sala de aula regular, como na sala de integração e recursos - possam se instrumentalizar e, através de uma formação, estabelecer as condições para dar conta dessa complexa tarefa educativo-pedagógica que se coloca para esses profissionais. Como forma de responder a essa demanda de modo crítico, elabora-se o curso de extensão: “Escolarização de alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento” - curso semipresencial - vinculado à pesquisa: “A Construção do caso como dispositivo de inclusão escolar de alunos de zero a cinco anos com Transtornos Globais do Desenvolvimento”.

Metodologia

O elemento que dirige a elaboração da experiência, no âmbito do curso de extensão, é a noção de construção do caso, importada do exercício da psicanálise, especialmente no campo da saúde coletiva. Essa noção se apresenta como dispositivo que objetiva possibilitar a singularização do percurso de um sujeito pelo serviço que o acolhe e atende, incluindo as condições do encontro como diretoras das decisões e propostas terapêuticas. No âmbito dessa pesquisa, pretende-se investigar a operatividade dessa noção quando se trata de pensar a escolarização de crianças, ditas com TGD. A aposta na construção do caso é a aposta na singularidade. Um convite para um possível deslocamento: o do olhar.

Com o ingresso dos sujeitos da educação especial - e mesmo outros que nem as escolas especiais acessavam - na escola regular entram na escola também os diagnósticos, que apesar de cumprirem uma função, produzem também uma cristalização do olhar sobre a criança no espaço escolar: o autista, o TDG. O que não faz nada, o que não aprende, o que está fora de lugar. Essa produção discursiva pode criar um apagamento do sujeito que ali está, o apagamento de sua singularidade. Para que um possível deslocamento desse lugar se produza, convidamos os professores que se apresentam para o curso para escreverem. Escreverem sobre seu aluno, seu aluno TGD.

Discussão

No processo de escrita, surge a ferramenta fundamental do curso de formação: as rasuras. Nas margens dos textos, os leitores aos quais os textos são endereçados, produzem uma função de alteridade, assim como uma convocatória aos detalhes e à construção do caso, a historicização do sujeito em questão. Um convite para dar a ver a singularidade de seu aluno, dar a ver o sujeito que ali está. É importante ressaltar que o curso se desenvolve na modalidade semipresencial com trocas à distância, através da escrita, além de quatro encontros presenciais por semestre. Encontros mensais, onde se intensificam trocas e onde urge a construção de uma rede: rede de experiências, de afetações, de incertezas e provocações. Onde a fala surge como fator fundamental. Encontros de transbordos.

Considerações Finais

Nesse contexto, desenham-se algumas questões: é possível falar em construção do caso quando não estamos diante de um caso de análise? Qual a possibilidade de deslocamento de olhar de um aluno diagnosticado para um sujeito singular? Frente a manuais que dizem que devemos falar o mínimo possível com esses alunos, o que a psicanálise tem a oferecer - enquanto campo de saber - para outra leitura possível dos espaços indicados para esses alunos?